

HISTÓRIA

EM  
DEBATE

ANAIS DO XVI<sup>º</sup> SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS  
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

# **HISTÓRIA EM DEBATE**

## **Problemas, Temas e Perspectivas**

ANPUH: 30 anos

**CNPq**

**InFour**

# A Temporalidade da Transição.

*José Carlos Bruni*

O ponto de partida destas observações consiste numa frase muito difundida, encontrada nos mais diferentes contextos, defendida pelos mais diferentes autores. Trata-se da expressão: “vivemos numa época de transição”. Nosso propósito é o de examinar algumas das estruturas mais amplas que sustentam essa noção. Grande parte da sociologia move-se no interior da idéia de transição, que do ponto de vista mais geral se configura como passagem do tradicional ao moderno. No entanto, a transição é concebida de inúmeras formas: como passagem do feudalismo para o capitalismo, da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial, da sociedade do *laissez-faire* para a sociedade planificada, da sociedade industrial para a pós-industrial, do autoritarismo para a democracia, e até - mais recentemente -, do socialismo para o capitalismo. Desde logo, está longe de nossos propósitos a pretensão de tentar neste texto qualquer teoria geral da transição. Queremos apenas, pela análise de alguns textos que consideramos relevantes para esta temática, compreender o movimento de certas idéias e imagens, de certos fatos e valores inscritos nessa representação tão recorrente.

Como já trabalhamos textos de Augusto Comte noutra ocasião<sup>(1)</sup>, consideramos ser de interesse começar a se interrogar sobre a categoria de transição por esse autor, que é dos primeiros a pensar a modernidade como transição, no contexto bem definido da passagem da sociedade pré-industrial para a industrial. Começemos por um texto que nos leva diretamente ao nosso tema.

*“Um sistema social que se extingue e outro que atingiu sua completa maturidade, estando em vias de constituir-se, eis o caráter fundamental assinalado à nossa época pela marcha geral da civilização. De conformidade com este estado de coisas, dois movimentos de natureza diferente agitam hoje a sociedade: um de desorganização e outro de reorganização. Pelo primeiro, considerado isoladamente, a sociedade é impelida para profunda anarquia moral e política, que parece ameaçá-la de próxima e inevitável dissolução. Pelo segundo, é conduzida para o estado social definitivo da espécie humana, o mais conveniente à sua natureza, aquele em que todos os seus meios de prosperidade devem receber seu mais completo desenvolvimento e sua aplicação*

*mais direta. É na existência destas duas tendências opostas que consiste a grande crise pela qual passam as nações mais civilizadas. É sob esse duplo aspecto que ela deve ser considerada para ser compreendida”(2).*

Assim, do ponto de vista mais abrangente, a construção da idéia da transição visa, antes de mais nada, um diagnóstico do presente, que aparece como cindido entre duas tendências sociais opostas. Uma primeira tendência é marcada por termos negativos: desorganização, anarquia moral e política, dissolução. Uma segunda tendência é marcada por termos positivos: organização, estado social definitivo e natural, prosperidade, desenvolvimento. Talvez todo esquema da temporalidade da transição esteja vinculado a esta interpretação do presente como cindido em duas tendências, uma benévola e desejável, outra malévola e indesejável, e que, respectivamente, se ligam ao passado e ao futuro. Desta maneira, o presente - lugar da morte lenta de uma velha forma e lugar de nascimento lento de uma nova forma - é pensado como crise: ponto de encontro de um passado que ainda existe e de um futuro que apenas se anuncia. O presente, enquanto tal, é visto como o lugar mesmo da indefinição, de uma identidade social precária ou mesmo inexistente, e em todo caso, insuportável. Por outro lado, são justamente as figuras do passado e do futuro os termos decisivos da representação do presente. É o que expressa Comte de modo radical:

*“A ordem cronológica das épocas não é sua ordem filosófica. Em lugar de dizer: - o passado, o presente e o futuro, cumpre dizer: - o passado, o futuro e o presente. Não é de fato se não quando, pelo passado se concebeu o futuro, que se pode voltar utilmente ao presente, que não é mais do que um ponto, de modo a compreender seu verdadeiro caráter”(3).*

O presente é, pois, um ponto puramente evanescente, frágil e fugaz: o tempo se afirma plenamente no passado e no futuro, cujas representações funcionam como determinantes do presente, que só é significativo enquanto transição do passado para o futuro. O presente, como transição, é desqualificado, dessubstancializado, reduzido a uma categoria temporal secundária, sem autonomia. É no passado e no futuro que as forças sociais e políticas se encontram verdadeiramente.

Toda a compreensão do presente está pois na total dependência do passado, completada pela antecipação do futuro:

*“Assim, o estudo - e o estudo tão profundo, tão completo quanto possível - de todos os estados por que passou a civilização desde sua origem até o presente; sua coordenação, seu encadeamento sucessivo, sua composição em fatos gerais, capazes de se tornarem princípios, pondo em evidência as leis naturais do desenvolvimento da civilização, o quadro filosófico do futuro social, tal como deriva do passado, isto é, a determinação do plano geral de reorganização, destinado à época atual; a aplicação enfim, desses resultados ao estado presente das coisas de modo a determinar a direção que deve ser impressa à ação política a fim de facilitar a transição definitiva para o novo estado social. Tal é o conjunto dos trabalhos próprios a estabelecer, para a política, uma teoria positiva que possa corresponder às necessidades imensas e urgentes da sociedade”*<sup>(4)</sup>.

Ora, como a marca essencial do tempo social e humano é, para Comte, a continuidade, o presente funciona apenas como elo de ligação entre o passado e o futuro, como um grau intermediário de um processo que é concebido como determinado por leis naturais e inevitáveis.

*“Como nenhum fenômeno conhecido autoriza pensar esteja a organização humana sujeita a qualquer mudança essencial, a marcha da civilização, que dela deriva, é, portanto, no fundo essencialmente inalterável. Em termos mais precisos, nenhum dos graus intermediários, que ele determina, pode ser transposto, e nenhum passa verdadeiramente retrógrado pode ser dado”*<sup>(5)</sup>.

Assim se precisam os limites dentro dos quais a ação política se desenrola. Sem inovar, renovar, criar ou inventar, a ação política, dentro dos quadros da transição, consiste apenas em indicar os obstáculos intransponíveis - dada a natureza das coisas - que é preciso observar para que um efeito mínimo seja alcançável. Sem visar nenhuma ruptura no conjunto de forças do passado em presença, a ação política só pode acelerar ou retardar o que inevitavelmente acontecerá. Com isto pode-se pensar o que seja uma política de transição: o compromisso em todas as forças do passado, visando especificamente a diminuição de sua intensidade presente, jamais a ruptura dessas forças ou a sua eliminação. Todas as diferenças efetivas entre as forças são amainadas, todos os elementos diferentes podem se reencontrar no espaço do consenso, todas as diferenças temporais são abolidas:

*“Todas as fases sucessivas de nossa iniciação coexistem no estado presente da nossa espécie, mas aí manifestam uma tendência comum em direção à conclusão final que pode imediatamente se adaptar a cada uma delas, como realizando aspirações unânimes e contínuas”*<sup>(6)</sup>.

O presente aninha todo o passado remodela seus elementos, sem propriamente nada destruir ou eliminar. O ideal é o gradual desaparecimento das forças estranhas ao futuro, sem que elas, no entanto, venham a desaparecer inteiramente. Instituições e práticas, mentalidades e valores passados permanecem na memória da humanidade e no presente, mesmo que inteiramente inatuantes.

Dentro deste quadro, pode-se realmente pensar a transição como uma espécie de reforma? A resposta afirmativa seria pouco satisfatória. Pois não se trata propriamente de uma modificação realizada a partir da imposição de uma força pelo que ela tem de próprio e específico, mas de um eterno compromisso com a força "em extinção". Por exemplo, no caso das relações entre positivismo e catolicismo, fica bem claro o gênero de ação política que opera entre as forças de transição. Por um lado, o positivismo declara-se inteiramente oposto ao catolicismo, do ponto de vista intelectual, moral, social e cultural, assim como a ciência se opõe sob todos os pontos de vista à teologia. Contudo, do ponto de vista político,

*"o positivismo deve desenvolver, para com o catolicismo que expira, as disposições, não de um invejoso rival, mas de um digno herdeiro que, para manter a lei de continuidade sobre a qual ele funda o conjunto de seus títulos, tem necessidade de ser sancionado pelo seu predecessor"*(7).

Longe de se opor de fato ao catolicismo, de manifestar sua ruptura com ele, o positivismo vai de fato defender todas as suas realizações, todo o seu valor moral, toda a sua importância social e política enquanto mantendo a ordem social e moral. Propõe, como medida visando sua extinção lenta, a suspensão de toda subvenção estatal, o fim do "orçamento eclesiástico", sob a condição de estrita aprovação do clero. Ora, esta é a característica essencial da política de transição nos moldes comteanos: as forças tidas como moribundas devem desejar sua própria morte. Como este desejo não se torna fato, ou seja, como o catolicismo não decreta a sua própria abolição, a política de transição anula-se a si mesma enquanto política: nenhum efeito real resulta de qualquer proposta.

A política de transição que se funda na continuidade temporal não pode assim pensar, no presente, o elemento da ruptura; se o fizesse, a própria transição se anularia e o passado permaneceria inteiro. A continuidade temporal é pois pensada como substância do ser; a característica mais racional e abstrata do tempo - a permanência, a duração - é identificada ao ser que permanece idêntico a si para além de todas as transformações. Esta

temporalidade é própria pois da eternidade e não da história. Trata-se de uma concepção propriamente teológica do tempo, pois em última análise, o tempo como desaparecimento efetivo dos seres não é admissível. O modelo comteano de transição repousa pois numa temporalidade de cunho religioso, em que a eternidade substitui a transitoriedade do tempo político.

Com o modelo de transição comteano aprendemos, pois, que nem toda teoria de transição propõe efetivamente a transformação social e política. Sob suas categorias, que não enfrentam o presente como tal e não incorporam o momento da ruptura na sua estrutura, expressa-se muito mais o desejo do imobilismo e da permanência do status quo. Não por acaso, a reflexão sobre a transição espanhola, a “transição que deu certo”, pôde ser pensada por J. J. Linz nos seguintes termos: *“Agora é possível analisar o complexo processo de desestruturação do regime franquista por seus sucessores, em uma transição para a democracia, através de uma reforma pactuada - ruptura pactuada, com um processo político elegante que se encaixa em um modelo teórico habilidoso”*<sup>(8)</sup>.

Talvez a recente “transição” brasileira esteja muito mais perto do modelo comteano, impregnado de profunda letargia<sup>(9)</sup>, que impede a efetiva transformação política.

## NOTAS

- (1) BRUNI, José Carlos. Poder e ordem social na obra de Augusto Comte. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, FFLCH, Depto. Filosofia, 1989.
- (2) COMTE, Augusto. *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*. In: Opúsculos de filosofia social. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1972, p. 55.
- (3) COMTE, Augusto. *Idem, ibidem*, p. 102.
- (4) COMTE, Augusto. *Idem, ibidem*, p. 103.

- (5) COMTE, Augusto. *Idem, ibidem*, p. 96.
- (6) COMTE, Augusto. *Système de politique positive*. Vol. IV. Paris, Carilian-Goeury, 1854, p. 363-4.
- (7) COMTE, Augusto. *Idem, ibidem*, p. 386.
- (8) LINZ, J. J. *Liderança inovadora na transição para a democracia e uma nova democracia: o caso da Espanha*. In: Quintana, Enrique Fuentes et al.. *A transição que deu certo*. São Paulo, Trajetória, 1989, p. 213.
- (9) Cf. CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *Memória de 68: terror e interdição do passado*. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo* 2 (2), 2º sem. 1990, p. 104.